

**Reunião do Conselho Municipal de Educação de Campos do Jordão –
22 de agosto de 2023**

No vigésimo segundo dia do mês de agosto de 2023, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Campos do Jordão os membros abaixo-assinados do Conselho Municipal de Educação para debater os itens da seguinte pauta:

- Discussão sobre ICMS Educacional e VAAR
- Discussão sobre o contrato da empresa terceirizada
- Discussão sobre deliberação referente ao período do Planejamento no Calendário Escolar
- Discussão sobre a criação de um Sistema de Avaliação Municipal de Educação Básica – SAMEB
- Considerações finais

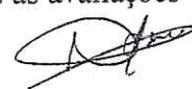
Sobre a possibilidade de investimento de verbas em sistema apostilado, observou-se que já temos o PNLD Objeto 1 e 2, apesar de nem sempre recebermos o que foi escolhido pelo professor, então não é necessário esse material. Já temos o objeto 2 e o Currículo em Ação, recebidos por meio de parceria com o Estado. Corre-se o risco de perder verbas do Ministério de Educação (R\$ 12 milhões no total, para várias secretarias) pelo desempenho dos estudantes nas avaliações externas (SAEB, etc.) do qual os professores não receberão bonificação pelo gasto com o método apostilado em que a Secretaria de Educação pretende investir.

O capital intelectual da própria rede precisa ser valorizado, inclusive a própria verba VAAR, vinculado ao SAEB, prevê bonificação para os professores. Os resultados da rede nas avaliações externas precisam ser avaliados pelos profissionais para, coletivamente, elaborarem melhores estratégias para melhorar os índices do município.

O vice-secretário Edson Godoy tomou a palavra e informou que solicitou esta reunião para repassar informações passadas aos diretores e coordenadores sobre as fontes de recursos da educação, como o sistema VAAR que é uma complementação ao Fundeb, atingidas algumas condições.

Os índices de proficiência do município continuam acima dos índices do estado, mas a proporção da queda dos índices avançado e proficiente entre 2017 e 2021 foi maior em Campos do Jordão, no 5º ano e no 9º anos, o que é muito preocupante.

O que mudou no repasse de recursos é que antes era calculado pelo número de alunos. Agora também se deve considerar a qualidade do ensino, ou seja, quanto mais os alunos apreenderem, mais verbas os municípios receberão. A questão da equidade também deve ser levada em consideração. As cinco condicionalidades do VAAR que devem ser atendidas são: I. o provimento de cargos de gestão a partir de critérios de mérito e desempenho, por meio de concurso público (isto deve ser inserido no Plano de Carreira do Magistério); II. participação de pelo menos 80% dos estudantes de cada segmento em todas as avaliações



externas, como SAEB e SARESP; III. redução das desigualdades socioeconômicas e raciais nos exames do sistema nacional de avaliação; IV. regime de colaboração entre estados e municípios, através da lei do ICMS Educacional; V. referenciais curriculares alinhados à BNCC. Campos do Jordão só não atende o terceiro item e para definir estratégias para melhorar os índices de proficiência dos alunos em vulnerabilidade, foi marcada reunião com os diretores para amanhã, 23 de agosto. A Secretaria de Educação contratou psicólogas e assistentes sociais para trabalhar com os alunos em vulnerabilidade com baixo rendimento.

O ICMS Educacional prevê que os municípios que tiverem melhoria nos índices de educação receberão 13% dos 35% previstos na cota municipal, para todas as áreas, de modo que a educação está no foco de todas as secretarias e a educação, portanto, deve ser a prioridade do município. Ana Paula observou que os nossos alunos vulneráveis são aqueles que precisam de atendimento com fonoaudióloga, neurologista, etc., mas a fila de espera para o atendimento é inviável. Edson concordou que este aluno deve ser prioridade. Portanto, deve aumentar o número de profissionais para o atendimento na área da saúde.

Os dados da pandemia não foram levados em consideração. O cálculo para o novo ICMS leva em consideração os indicadores de desempenho como taxa de aprovação, desempenho no Saresp e indicador que considera a população, o número de matrículas e quantidade de alunos vulneráveis. A maior parte dos municípios do país não receberam o VAAR.

Sobre os índices de desempenho dos alunos vulneráveis, foi mencionada a questão da reprovação. Ana Carolina observou que no Fundamental II, a indisciplina e o baixo desempenho no nono ano estão, muitas vezes, atreladas à questão da percepção dos alunos sobre a questão da reprovação. A cultura escolar em geral ainda entende a reprovação como punição e entende que a promoção automática significa que a escola não é séria. As justificativas e o entendimento pedagógico aprofundado sobre o aprendizado e as consequências da reprovação não foram compreendidas por esta cultura escolar mais ampla, o que explica muitas vezes a queda no engajamento e na participação dos alunos.

Ana Paula observou sobre o incentivo e a mudança de valores do que se deve cobrar das escolas, da valorização do aluno e do seu conhecimento, fazer o aluno participar do processo de aprendizagem. O aluno com dificuldade é um facilitador em outros contextos na sala de aula. Por exemplo, o quanto os agrupamentos produtivos na educação especial melhoram o aprendizado de todos. Pode-se fazer processos seletivos dentro da rede para selecionar e valorizar os profissionais da rede, com oficinas para dar cursos durante os TDC's.

Edson informou que mudanças para o ensino integral também estão sendo planejadas, como a possibilidade de os alunos sugerirem os projetos que querem fazer. O investimento no ensino integral é uma das propostas para a melhoria dos índices do município. Já foram procurados o Instituto Federal e a Fundação Lia Maria Aguiar para fazer parcerias com a rede municipal de ensino. Um questionário socioeconômico foi feito com os alunos da rede para levantar informações que orientem as ações planejadas pela Secretaria; avaliação diagnóstica de português e matemática para levantamento de dados; necessidade de formação sobre o uso das novas tecnologias na educação para os professores, com a professora Suzane; acompanhamento da coordenação nas aulas, não para fiscalizar, mas para apoiar os professores, com uma devolutiva para ajudar o



professor; TDC's devem ser formativos. Ana Carolina sugeriu que os próprios professores façam essas formações. Sobre palestras das outras secretarias, Edson informou que a Secretaria de Educação comunicou às demais que isso deve ser feito no integral para não prejudicar o processo de ensino-aprendizagem do regular.

Ana Paula lembrou da questão da saúde mental dos professores deve ser considerada pela Secretaria, pois mais pressão e cobrança sobre os professores pode levar a adoecimento.

Sobre o planejamento, observamos que o planejamento deve ser feito no início do ano letivo porque mesmo a avaliação diagnóstica deve ser planejada, sem necessidade de diminuição do recesso, mas revisar o calendário. Edson observou que o calendário para o próximo ano será feito em parceria com os gestores.

Edson ainda informou que a contratação de um sistema de ensino seria interessante para padronizar o que tem sido ensinado na rede, além de fornecer avaliações e apoio. Esse sistema teria de ser avaliado por uma comissão da rede para avaliar se esse sistema é adequado às nossas demandas. A estimativa é que esse sistema ficaria mais barato do que a atual empresa contratada para as formações, cujo contrato foi rescindido. Ana Paula expressou sua preocupação com o acompanhamento desse sistema, que precisa ser bem estruturado, como é o caso de São José dos Campos. Edson concordou que será necessário para garantir a equidade. Sobre o aumento da estrutura com a contratação de mais funcionários e professores, Edson concordou com essa necessidade, mas é preciso atentar que o aumento da folha de pagamento em um cenário de constante queda do número de alunos seria irresponsável.

Sobre a possibilidade de uma gratificação se atingirmos os índices, Edson comentou que há a proposta de incluir essa questão no planejamento e será encaminhado para o jurídico para saber da sua viabilidade. A possibilidade de uma avaliação 360, da coordenação e da direção, também está sendo discutida pela Secretaria.

Sobre a terceirização, André observou que foi feito um alinhamento com a empresa terceirizada para que o trabalho funcione melhor. Edson informou que as funções auxiliares podem ser terceirizadas, conforme os funcionários se aposentam e a terceirização pode melhorar o desempenho e reduzir custos. Não houve demissões, mas realocações para mais próximo das residências dos funcionários ou local de escolha. Não se pode ter em uma mesma escola funcionário terceirizado e próprio, por isso há vaga para faxineiro no processo seletivo para substituir funcionários próprios em licença.

Sem mais, encerramos esta reunião.

